

Título: A *plantation* diversificada: do açúcar ao dinheiro a prêmio, Campinas 1817-1861.

Autora: Maria Alice Rosa Ribeiro - Pesquisadora Colaboradora do Centro de Memória UNICAMP, CMU. Profa. Adjunta aposentada da Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Campus de Araraquara, SP. E-mail: marr@terra.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é examinar a composição da riqueza de um pioneiro na cafeicultura na vila de São Carlos, Campinas, Francisco Egydio de Sousa Aranha (1778/9-1860). Para realizar o estudo, recorro ao inventário *post-mortem*, que retrata, em um ponto do tempo, a riqueza que Francisco Egydio amou ao longo de sua vida. Para recuar no tempo e fazer um acompanhamento mais dinâmico das atividades realizadas por Francisco Egydio, utilizo as listas nominativas ou os maços de população, para o período de 1779 a 1836, e relatos de viajantes. Na análise procuro pôr em evidência três dimensões das atividades empreendidas por Francisco Egydio ao longo de sua vida – grande proprietário de terras com lavouras de cana de açúcar e de café; produtor de açúcar, senhor de engenho e cafeicultor, grande proprietário de escravos; e, finalmente, mas, nada desprezível, grande possuidor de dinheiro a prêmio.

Palavras-chave: riqueza, escravos, economia açucareira, cafeicultura, dinheiro a prêmio.

Summary

This paper examines the composition of the wealth of a pioneering coffee-crop farmer in the village of São Carlos, Campinas, Francisco Egydio de Sousa Aranha (1778/9-1860). The study recurs to the post-mortem inventory of Francisco Egydio, which depicts, in a point in time, the wealth he amassed along his life. In order to obtain a dynamic account of Francisco Egydio's activities, I have used the population censuses (Listas Nominativas), for the 1779-1836 period, as well as travelers memories. I have tried to put in evidence three dimension of the activities carried on by Francisco Egydio along his life – great sugar cane and coffee planter; sugar manufacturer and big slave owner; and, finally (and relevantly), money-lender.

Keywords: wealth, slavery, sugar economy, coffee economy, money-lending.

Introdução

A consolidação dos laços familiares e da riqueza dos Sousa Aranha veio em decorrência do casamento de Francisco Egydio de Sousa Aranha (1778-1860), nascido em Santos, onde exercia atividades militares, com a prima, Maria Luzia (1797-1879),

nascida em Ponta Grossa, filha do seu tio, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, senhor de engenho na vila de São Carlos e irmão de sua mãe.

Por isso o período analisado no artigo inicia-se com o casamento de Francisco Egydio e Maria Luzia, em 16 de junho de 1817, realizado na vila de São Carlos no sítio do Mato Dentro, onde seu tio, já viúvo, morava com Maria Luzia. No registro matrimonial constavam a portaria de dispensa de impedimento de segundo grau de consanguinidade, a licença do vigário e mais a procuração do noivo, apresentada pelo pai da noiva. Compareceram à cerimônia o tio da noiva e do noivo, reverendo José Francisco de Aranha Barreto de Camargo¹, e as testemunhas – o capitão-mor João Francisco de Andrade e o capitão Theodoro Ferraz Leite, duas pessoas de grande prestígio na vila. Os noivos receberam as bênçãos nupciais do vigário Joaquim José Gomes (www.familysearch.org. [matrimônios](#), 1806-1818, imagem 033). Encerra-se o período analisado com o falecimento de Francisco Egydio, em 9 de julho de 1860, no sítio do Mato Dentro, onde morava, e com a abertura do inventário.

O texto está dividido em seis seções, nas quais se examinam as atividades açucareiras e a implantação da cultura do café; o testamento e o inventário; a composição da riqueza: bens de raiz: fazendas, engenhos e imóveis urbanos; os escravos; a atividade como “capitalista”, emprestador de dinheiro a prêmio, exercida por Francisco Egydio; e as conclusões.

1. Engenho de açúcar e as primeiras plantações de café nas terras da sesmaria do Mato Dentro

O tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo chegou à vila de São Carlos por volta de 1806, vindo, provavelmente, de Castro ou Ponta Grossa, que faziam parte da Capitania de São Paulo, onde possuía propriedade em Vila Nova de Castro e em Ponta Grossa, provavelmente uma sesmaria. Acompanhavam o tenente-coronel sua esposa, Eufrosina Matilde Silva Botelha, e os três filhos do casal: Maria Luzia, com 10 anos; Joaquim, com 8 anos; e José, com 6 anos. Provavelmente, o tenente-coronel

¹ Proprietário da fazenda Atibaia – Solar dos Aranha de Camargo –, com área de 2.247 alqueires de terras (1818), que foram herdadas por Joaquim Policarpo Aranha (Barão de Itapura) e Manoel Carlos Aranha (Barão de Anhumas), prováveis filhos de José Francisco, que casaram com duas filhas de Francisco Egydio e Maria Luzia, D. Libânia e D. Ana Tereza.

vinha com recursos, pois seu nome não constava da lista de sesmeiros e posseiros²; entretanto, imediatamente adquiriu as terras da sesmaria do Mato Dentro, limpou o mato para fazer roças de milho, feijão e arroz e a lavoura de cana e, ao mesmo tempo, iniciou a construção de um engenho³.

Para o ano de 1817, o recenseamento registrou o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, morador do Bairro do Mato Dentro, onde possuía engenho, tendo produzido 850 @ de açúcar: alvo, 400@; redondo, 300@ e mascavo, 150@ e mantimentos como milho, 900 alq.; feijão, 70 alq.; e arroz, 40 alq. A produção de aguardente foi de 30 canadas. Na lavoura e no engenho trabalhavam 22 escravos. Os filhos Maria Luzia, 19 anos, Joaquim, 15 anos e José⁴ moravam no mesmo fogo com o pai (MAÇO DE POPULAÇÃO, 1817, p.040).

Nesse mesmo ano, Maria Luzia casou-se com seu primo Francisco Egydio Sousa Aranha, filho de uma irmã do tenente-coronel, Maria Francisca Aranha de Camargo, e do alferes Pedro de Sousa Campos. Como presente de casamento o tenente-coronel ofereceu ao jovem casal o engenho do Mato Dentro⁵.

No ano seguinte, a produção de açúcar foi de 1.700 @, distribuída entre: branco, 1.000@; redondo, 400@; mascavo, 300@; e aguardente, 90 canadas. Plantava mantimentos para o gasto. Possuía 22 escravos (MAÇO DE POPULAÇÃO, 1818, p. 045).

Sob a administração de Francisco Egydio, o engenho prosperou e a cultura do café consolidou-se, como mostraram os dados dos recenseamentos para os anos seguintes.

² Consultei a lista organizada por João Baptista de Campos Aguirra (1938).

³ Pupo (1983, p.145) afirmou que a área do latifúndio do Mato Dentro foi adquirida pelo tenente-coronel, que ali fundou um engenho e passou a residir a partir de 1806. Porém, não se pode comprovar a compra, pois o Livro de Notas IV do Tabelionato com as escrituras de imóveis referentes a 1804 a 1896 está, de acordo com Pupo (1983, p. 145 e p. 184), perdido ou desaparecido.

⁴ O número está ilegível. O registro das idades nos Maços de População é sempre problemático. Pelo recenseamento do ano de 1812, Maria Luzia tinha 16 anos; no de 1817, 19 anos. Não é apenas um problema de mês no qual o recenseamento foi feito, mas há diferenças de anos. Seguindo o primeiro registro, ela nasceu em 1796; já pelo segundo, em 1798. No recenseamento de 1822, sua idade era de 25 anos, logo seu nascimento foi em 1797. No mínimo apareceram três anos diferentes para o nascimento de Maria Luzia. Este problema não é exclusivo, ele se estende a todos os habitantes recenseados.

⁵ Pupo afirma que o pai de Maria Luzia presenteou o jovem casal com o engenho. Fica a dúvida. Maria Luzia tinha mais dois irmãos, que deveriam também receber bens no valor correspondente como adiantamento de legítima. Infelizmente, não tive oportunidade consultar o inventário do tenente-coronel Joaquim Aranha de Camargo, que faleceu em 1844 em Santos (PUPO, 1983, p. 184).

Francisco Egydio de Souza Aranha constava no recenseamento dos habitantes da vila de São Carlos em 1822. Ele foi descrito como tendo 44 anos, natural da vila de Santos, e casado com Maria Luisa (Luzia), de 25 anos, nascida na vila de Castro⁶, então pertencente à Província de São Paulo. O casal tinha três filhos: Maria Brandina, 3 anos, José e Joaquim (gêmeos), 2 anos. Francisco era senhor de engenho, produzia 1.800 @ de açúcar e possuía um plantel de 31 escravos. A produção de açúcar cresceu e o número de escravos também (MAÇO DE POPULAÇÃO, 1822, n. 97, p. 079).

No censo dos habitantes da vila de São Carlos do ano de 1825, a família Souza Aranha crescera, contava cinco filhos. Fora acrescida de dois filhos, Francisco, 2 anos, e Pedro, 6 meses, além dos três filhos, já registrados em 1822: Maria Brandina, 6 anos, e os gêmeos, José e Joaquim, 4 anos. Seu engenho continuava a produzir a mesma quantidade de açúcar: 1.800 @ de açúcar, distribuída entre os tipos: branco, 1000@; redondo, 500@; e mascavo, 300@.

Em 1825, a diferença significativa em relação aos recenseamentos anteriores foi o registro, pela primeira vez, da produção de café: 300@, quantidade que conferia ao produto o seu caráter comercial, destinado ao mercado e não mais ao consumo doméstico.

Além do açúcar e do café, a propriedade continuou a produzir mantimentos para o consumo doméstico e dos escravos e aguardente, 38 canadas. Com as novas tarefas exigidas pela produção cafeeira e de alimentos o plantel de escravos passou de 31 para 59, ou seja, quase dobrou em apenas três anos (MAÇO DE POPULAÇÃO, n. 78, p.164, 1825).

Francisco Egydio foi um dos primeiros senhores de engenho a cultivar comercialmente café em Campinas. A cultura do café, segundo o botânico Joaquim Correia de Melo⁷, foi consolidada na propriedade de Francisco Egydio e de Maria

⁶ No testamento deixado por Maria Luzia, ela afirma que era natural de Curitiba. No testamento feito a 2 de abril de 1875, ela afirmava que “ não sabe escrever” e , por isso, rogou ao Dr. Clemente Falcão de Souza Filho assinar por ela. (INVENTÁRIO DE MARIA LUZIA SOUSA ARANHA, viscondessa de Campinas. TJC, 3º. Ofício, Proc.7374, 1879). Por ocasião do inventário do seu marido, Francisco Egydio, Maria Luzia havia rogado a Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro Visconde de Indaiatuba, que assinasse por ela. Joaquim Bonifácio era genro de Antonio Egydio de Sousa Aranha, casado com sua filha Elisma Pompeo do Amaral. Antonio Egydio era filho de Maria Luzia (RIBEIRO, 2014).

⁷ Joaquim Correia de Melo nasceu em São Paulo em 10 de abril de 1816, residiu em Campinas, onde faleceu em 20 de dezembro de 1877. Foi botânico e estudou florestas tropicais. Recebeu a medalha

Luzia, no engenho Mato Dentro⁸, propriedade herdada do tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Antes da década de 1820, algumas tentativas foram feitas para introduzir a cultura cafeeira em Campinas, mas permaneceram restritas à produção de caráter doméstico, destinada ao consumo da família. Limitada ao consumo doméstico, a produção era em pequena escala; algumas vezes, as plantações se localizavam nos jardins ou em chácaras, mas logo eram abandonadas. Pelo relato de Correia de Melo, a transição para a cultura comercial do café foi realizada por Francisco Egydio, que expandiu a pequena plantação de café realizada pelo seu sogro no engenho do Mato Dentro. Afirmava Correia de Melo:

[...] começou aquele [Francisco Egydio], ou porque o preço que alcançava o açúcar fosse extremamente baixo ou porque fosse mais audacioso e empreendedor do que os seus comunicipes, a beneficiar e aumentar a plantação feita pelo seu sogro; no que não devia encontrar dificuldades, atenta a grande quantidade de mudas que deviam existir no velho *cafezal* (CAMPOS JÚNIOR, 1952, p. 236, grifo do original).

No recenseamento de 1829, a propriedade de Francisco Egydio produzia 3.500@ de açúcar; 500@ de café, além de milho e feijão para o gasto da casa e da senzala. Foram registrados 94 escravos, todos maiores de 10 anos. A prole de Francisco Egydio e Maria Luzia continuou a crescer, sendo acrescida por mais dois filhos, Antonio e João. Afora esses dois, constavam da lista os filhos: José e Joaquim, 9 anos; Francisco, 7 anos. Maria Brandina, a filha mais velha, com 10 anos, e Pedro, com 3 anos, não foram recenseados (MAÇO DE POPULAÇÃO, n. 43, p. 070, 1829).

Em termos de produção açucareira, Francisco Egydio ocupava a lista dos maiores produtores da vila de São Carlos, embora se situasse bem longe das arrobas produzidas por Francisco Ignácio Sousa Queiroz e por Antonio Manoel Teixeira, como mostra a tabela 1 abaixo.

Tabela 1- Maiores produtores de açúcar em Vila de São Carlos em 1829

vermeil da Sociéte Imperiale et Centrale d'Horticulture, da França, pela introdução de 21 espécies de "Begoniaceas" nos jardins de Paris. Em 1872 escreveu o documento intitulado *Café-Campinas*, transcrito por Teodoro de Sousa Campos Junior, na *Monografia Histórica do Município de Campinas*, Rio de Janeiro, IBGE, 1952, p. 234.

⁸ Hoje, a fazenda Mato Dentro pertence ao Estado de São Paulo, onde estão instalados o Instituto Biológico e o Parque Ecológico.

Nome do senhor de engenho	Produção de açúcar @ ⁹	Número de escravos
Antonio Manoel Teixeira	11.400	226
Francisco Ignácio Sousa Queiroz	12.000	215
Floriano Camargo Penteado	4.062	132
Theodoro Ferras Leite	4.000	84
Francisco Egydio Sousa Aranha	3.500	94

Fonte: Maços de População, 1829. RIBEIRO, 2015

No recenseamento de 1829/1830, o tenente-coronel reformado Joaquim Aranha Barreto de Camargo foi registrado com a idade de 66 anos. O recenseador anotou que o tenente-coronel “Vive com os escr^{os} empregados no serviço da nova matriz”. Ao todo eram 38 escravos, sendo dois menores de 10 anos. A construção da nova matriz, que começara no início do século XIX, por volta de 1807, levou mais de 80 anos para ser concluída. Além de viver do aluguel de seus escravos, Joaquim Aranha de Camargo cultivava mantimentos para consumo. Classificado pelo recenseador como senhor de engenho, não constava do recenseamento a produção de açúcar; a classificação de senhor de engenho permaneceu apenas como um título (MAÇO DE POPULAÇÃO, p.118, 1829)¹⁰.

No último recenseamento da vila de São Carlos, em 1836, Francisco Egydio de Sousa Aranha habitava no terceiro Distrito de Paz, primeiro quarteirão. Estava com a idade de 60 anos e sua esposa Maria Luzia com 38 anos. Foram registrados apenas quatro filhos: José, com 12 anos; Joaquim, gêmeo com José; Francisco, 8 anos; e Pedro, 6 anos. O engenho do Mato Dentro produzia 4.000@ de açúcar, 1.000 @ de café e 200@ de algodão e possuía 75 escravos (MAÇO DE POPULAÇÃO, n. 30, p. 085, 1836). Não há informação sobre o tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. Provavelmente, ele teria ido morar em Santos, onde faleceu em 1844.

Após esse último recenseamento, somente o Registro de Terras de 1854 mostrou o patrimônio e as atividades de Francisco Egydio: proprietário de quatro fazendas, todas

⁹ A informação disponível mais próxima ao ano de 1829 sobre a quantidade produzida de açúcar é a do ano de 1826: a produção de açúcar de Campinas foi de 124.767 @; o número de escravos, em 1829, era de 4.323 (EISENBERG, 1989, p. 329). Diante destes dados, conclui-se que os cinco engenheiros, ou seja, donos de engenhos, produziam 28% da produção campineira de açúcar e eram proprietários de 17% de todos os escravos de Campinas.

¹⁰ A lista dos habitantes da vila, realizada pela 7^a. Cia de Ordenanças, aquartelada na vila de São Carlos, foi feita no ano de 1830, apesar de constar nos Maços de População do ano anterior, p.111, 1829.

compradas, juntas totalizavam 2.475 alqueires¹¹, com engenho, plantações de cana de açúcar, café e roças de gêneros alimentícios (TEIXEIRA, 2011, p. 193).

Os próximos documentos que descreveram o patrimônio e as atividades de Francisco Egydio foram o seu testamento e o seu inventário *post-mortem*. A análise desses documentos será objeto da próxima seção.

2. Testamento e inventário

Francisco Egydio faleceu em 9 de julho de 1860, na cidade de Campinas. No inventário, a viúva, os herdeiros e coherdeiros requereram lavrar o termo de aceitação da partilha amigável dos bens deixados pelo falecido. Declararam a existência do testamento escrito por Francisco Egydio, em 19 de maio de 1856 (TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE FRANCISCO EGYDIO DE SOUSA ARANHA 1º. Of., Cx. 76, Proc. n. 1859, 1861)¹². Eram ao todo 11 herdeiros (seis filhos e cinco filhas) residentes em Campinas, adultos e casados. O testamenteiro foi seu filho, tenente-coronel José Egydio de Sousa Aranha (irmão gêmeo de Joaquim Egydio) e a inventariante, a viúva e meeira, Maria Luzia de Sousa Aranha¹³.

Quanto à terça testamentária, Francisco Egydio determinou que a metade fosse dividida entre seus três filhos testamenteiros: José Egydio, Pedro Egydio e Antonio Egydio “porque são os que mais me vem trabalhando para aumentar a casa”.

Quanto à outra metade da terça, Francisco Egydio destinou para libertar alguns escravos sem vícios, mas, no momento em que esses escravos adquirissem qualquer vício, retornariam ao cativo. Mais, ainda, determinou que, enquanto sua mulher e seu testamenteiro vivessem, os escravos libertos não poderiam abandonar o município.

(...) Outra metade para serem forros meus crioulos principiando por Firmino, Generozo, Benedito, outros crioulos como Augustinho e Antonio e [...] os escravos mais velhos que tenho no sitio (...) que não tenham vícios e quando algum desses primeiros crioulos peguem em algum vício, minha mulher e mesmo o testamenteiro os puxará para o serviço por três meses (...) não poderão estes

¹¹ Um alqueire paulista é igual 24.200m² ou 2,42 hectares.

¹² De agora em diante vou usar a referência simplificada: número do processo, ano, páginas.

¹³ O testamento foi redigido pelo Vigário Antonio Candido de Mello e assinado por Francisco Egydio. Foi feito na casa de morada do testador e foram testemunhas presentes: José de Sousa Campos, Joaquim Alves de Almeida Salles Júnior, José Maria Lamaneres, Antonio Pompeu de Camargo e Antonio Carlos Pacheco e Silva (Proc. n.º 1859, 1861, p. 11v).

escravos que ficam forros se apartarem deste município (Proc. nº. 1859, 1861, p. 10v. 11)

Todos os cativos libertos exerciam um ofício e eram considerados como “bons” naquilo que faziam. Eram escravos com experiência, com a média de 37 anos de idade. Foram avaliados no inventário com valores bastante elevados em relação ao conjunto da escravaria, como será visto a seguir. Todos eram casados, à exceção de Antonio Jutico(?) que era solteiro, mas tinha uma filha, Hortência, de 13 anos.

Aparentemente o critério de escolha dos escravos foi o reconhecimento dos “bons” serviços prestados ao senhor. Entretanto, a liberdade era condicional e limitada, pois todos tinham família, mulher e filhos que não foram alforriados. Provavelmente, eles continuariam na propriedade do seu senhor, prestando os mesmos serviços, porém teriam a possibilidade de se empregar a terceiros e receber pagamento pelos seus serviços, o que viabilizaria a compra da liberdade dos seus familiares no futuro. A tabela 2, montada com base nas informações do assentamento de escravos do inventário, mostra quem eram os libertos.

Tabela 2- Escravos libertos no testamento, 1861

Nome	Idade	Ocupação	Cônjuge	Prole	Valor (\$000)
Firmino	39	Feitor, bom	Maria mulata	Sinfonimo(?)	2.500
Benedito	39	Sapateiro	Thomazia	Sem prole	2.500
Generoso	36	Ferreiro, bom	Anna mulata	Irineu, João, Eliseu	3.000
Antonio Jutico(?)	30	Feitor, bom	Sem cônjuge	Hortência	2.200
Jorge	40	Pedreiro, bom	Angélica	Rufino	1.800

Fonte Proc. no. 1859, 1861, p. 16 v., 17,17 v., 18, 18 v.,19., 31v.

As alforrias feitas por Francisco Egydio no seu testamento não seguiram o padrão encontrado por Eisenberg (1989) para as alforrias em Campinas no século XIX. Eisenberg pesquisou 2.093 cartas de alforria registradas nos cartórios de Campinas e chegou à conclusão de que, para o período até a década de 1870, as alforrias foram “desproporcionalmente distribuídas entre escravas mulatas, crioulas, muito jovens ou, em grau menor, muito velhas e empregadas no serviço doméstico” (EISENBERG, 1989,

p. 299). Segundo este autor, dois terços dos escravos foram alforriados com o dever de prestar serviços por determinado tempo, ou seja, a alforria onerosa ou condicional predominava entre as formas de concessão da liberdade. A alforria gratuita ou livre de qualquer obrigação apareceu mais frequentemente no período final da década de 1880: “[...] agora o senhor usava a alforria gratuita como um instrumento político para lidar com a crise social da escravidão” (EISENBERG, 1989, p. 301). Para o autor, ao longo do século XIX, a alforria mudou de características, segundo os interesses dos senhores.

As alforrias refletiam os interesses do senhor, afirmava Eisenberg. Diante desta afirmação, pergunto-me: qual o interesse de Francisco Egydio ao libertar os seus escravos mais qualificados, mais valiosos e em idade produtiva? A alforria foi gratuita, ou seja, sem contrapartida em serviços ou dinheiro, porém impôs cláusulas de controle de “comportamento moral”, não aquisição de “vício” e controle de mobilidade: não era possível abandonar o município. No caso de infringir as cláusulas, o liberto perdia sua condição de livre e retornava ao cativo.

O inventário

Depois de trasladado e lido o testamento, o inventário começou a ser elaborado pelo juiz e pelos louvados ou avaliadores dos bens do acervo do casal. Do arrolamento de bens chegou-se à composição do patrimônio e a sua distribuição entre diversos ativos.

Três ativos destacavam-se: os escravos, que representavam 45% do acervo patrimonial; os bens raiz, imóveis, engenhos, fazendas, terras e plantações, imóveis urbanos, 25%; e, finalmente, as dívidas ativas ou o dinheiro a prêmio, 21%. A tabela 3 sintetiza a composição do patrimônio e dos ativos deixados pelo falecido.

Tabela 3 - Composição da riqueza de Francisco Egydio de Sousa Aranha, 1861.

Composição da riqueza	Valor (\$000)	Participação no Monte-Mor	Participação no Monte-partível
Utensílios e obras de ferro, ferramentas de produção	2.783	0,27%	0,26%
Animais	11.518	1,11%	1,09%
Escravos	468.500	45,22%	44,53%
Bens Imóveis de raiz	269.000	25,97%	25,57%

Móveis, ouro, prata e joias.	12.622	1,22%	1,20%
Frutos pendentes	4.000	0,39%	0,38%
Importância oferecida pelos herdeiros pelas fazendas	4.833	0,47%	0,46%
Dívidas Ativas	219.084*	21,15%	20,82%
Dinheiro em moeda existente em mãos da viúva e inventariante	43.659	4,21%	4,15%
Monte-mor calculado pela autora	1.035.999		
diferença do monte-mor registrado	18.216		
Monte-mor registrado no inventário	1.054.215		
Perdas de escravos duas crianças falecidas e um escravo fugido e despesas funerárias	2.082		
Monte-mor líquido ou partível	1.052.134		
Meação da viúva	526.067		
Herdeiros	526.067		

Fonte: Proc. n.º. 1859,1861. * Nas dívidas ativas totais estão incluídos empréstimos feitos aos filhos.

3. Bens de raiz: fazendas, engenhos e imóveis urbanos.

O bem de raiz de maior valor era o sítio do Mato Dentro, herdado do sogro-tio, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo. No inventário a descrição do sítio dizia:

Sítio do Matto Dentro em que morava o inventariado com casas de morada, senzalas, máquinas de pilões, moinho e ventilador e tocador para água, máquina de carretão, duas tulhas de aguardar café, paiol com milho, armazém de guardar mantimentos, enfermaria, sala de escolha de café, chiqueiro; estrebaria, cômodos cobertos de telhas, terreiro murado de enxugar café, tanque, dois pastos valados; sendo um chamado do sítio das éguas, com 250 mil pés de café de idade de ano até vinte e cinco anos, parte em bom e outra em mau estado, sendo porção plantada em terras safadas (?) e terras do mesmo sítio cujas divisas constam do respectivo registro em poder da inventariante (Proc. n.º. 1859,1861, p. 20-21v).

No sítio do Mato Dentro predominava a lavoura cafeeira, com 250 mil pés de café e mais benfeitorias: casas de morada, senzala, máquinas de beneficiamento do café: máquinas de pilões, máquina de carretão, tulhas, terreiro murado para enxugar o café e sala para selecionar seus frutos. Outras benfeitorias atendiam a demanda dos gêneros alimentícios: paiol de milho, armazém para mantimentos, chiqueiro para 80 cabeças de porcos de criar, entre machos e fêmeas. Segundo Pupo, a área era de 1.515 alqueires de terras, ou seja, 3.666,3 hectares (PUPO, 1983, p.137).

Não existia a estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada apenas em 1867. Portanto, o café, para chegar a Santos, dependia do transporte de tropas de muares. No inventário havia um arrolamento de muares, o que significava a existência de uma tropa própria.

Constava entre os edifícios uma enfermaria para atender os acidentes e as doenças dos escravos. O sítio do Mato Dentro, conforme descrito, foi avaliado em 130:000\$000 (cento e trinta contos de réis). Somente os 241 escravos moradores no Mato Dentro foram avaliados em 295:650\$000 (duzentos e noventa e cinco contos e seiscentos e cinquenta mil réis). A proporção do valor dos escravos em relação ao valor dos bens de raiz era de 2,3.

Além do sítio do Mato Dentro, Francisco Egydio possuía mais a fazenda São Francisco, destinada ao cultivo da cana de açúcar e à fabricação de açúcar, foi descrita do seguinte modo:

Fazenda denominada de São Francisco com casas boas de morada assoalhadas, forradas e envidraçadas, 18 lanços de senzalas, paiol, armazém e quartos de despejo, casa de depósito de bagaço, fábrica boa de cilindro de fazer açúcar e moinho tocado por água, casa de lenhas com 103 formas de tábua e 22 de pau, coxo de aparar garapa, esfriadeira, coxos de azedar, 2 caixões de guardar açúcar, 3 lagares para aguardente, pastos fechados (...) com cerca de garantã e em valo e as terras do sítio ou fazenda, cujas divisas constam do registro em poder da inventariante ficando compreendendo nas mesmas terras 3 cilindros de ferro avaliados com os competentes aguilhões, e a situação denominada Lajeado com casa ordinária de morada, serra d'água com a competente casa e um moinho ordinário (Proc. n.º. 1859,1861, p. 20-21v)

Pela descrição percebe-se que a fazenda possuía as benfeitorias e as máquinas típicas de um bom engenho: sede de morada do proprietário ou do seu administrador, senzala, fábrica de fazer açúcar e aguardente, casa de depósito de bagaço, coxo de aparar garapa, lagar de aguardente etc. A fazenda São Francisco era administrada pelo filho, Pedro Egydio de Sousa Aranha, que no orçamento final do inventário atualizou o valor da fazenda com a incorporação de serviços entregues da plantação de 40 quartéis de cana realizados após a avaliação. Ao valor anterior adicionou 2.000\$000 (dois contos

de réis). A fazenda foi avaliada em 56.000\$000 (cinquenta e seis contos de réis). Os 18 lanços de senzala abrigavam um plantel de 58 escravos avaliados em 90.050\$000 (noventa contos e cinquenta mil réis). A proporção do valor dos escravos em relação ao valor dos bens de raiz era de 1,5. Pedro Egydio ofereceu à herança uma quantia a mais para ficar como proprietário da fazenda. Quando de sua estadia de quase dois meses em Campinas, por volta do ano de 1861, Zaluar visitou o sítio S. Francisco, que afirmava pertencer a Pedro Egydio. Sobre a propriedade, ele escreveu o seguinte comentário:

(...) pitorescamente colocado à margem do rio Atibaia, e tão agradável pela sua posição topográfica como produtivo pela cultura da cana, de que aí existem as mais bonitas plantações que tenho visto. Vizinha deste fica a fazenda do Sr. Tenente-coronel José Egydio, montada com uma excelente serraria de madeira, com cujo auxílio seu dono tira das soberbas matas que possui lucrativa vantagem (ZALUAR, 1953, p. 140).

Por fim, a última propriedade rural descrita no inventário era a fazenda do Campo, também um engenho de açúcar e aguardente com as respectivas benfeitorias que caracterizavam esse tipo de empresa. Está descrita como segue:

Sítio denominado fazenda do Campo, com casa velha de morar, quadrado com senzalas, fábrica (...) boa de cilindros de fazer açúcar, tocada por água, com casas de lenhas, de purgar, contendo 126 formas de taboa e 20 de pau, caixas de guardar açúcar, 2 lagares para aguardente, coxo para aparar garapa, esfriadeiras, coxos de azedar, casa de dormitório de porcos, e um cilindro de ferro avulso, um moinho, um monjolo, açude, rego d'água, pastos fechados por vale ou por cerca de garantã, e as terras do sítio, cujas divisas constam de respectivo registro em poder da inventariante. Compreendendo elas a situação chamada do Pari com casas velhas de morar, serra d'água, um monjolo velho e pastos cercado e a situação denominado de Cavaleiro com casas velhas de morar (...) (Proc. n^o 1859, 1861, p. 23).

Pela descrição é possível julgar que a fazenda do Campo possuía uma casa de morar em condições precárias ou não tão boas quanto as das propriedades anteriormente descritas. Foi avaliada pela importância integral de 40:000\$000 (quarenta contos de réis). O quadrado com senzalas abrigava um plantel de 57 escravos avaliados em

82:800\$000 (oitenta e dois contos e oitocentos mil réis) A proporção do valor dos escravos em relação ao dos bens de raiz era de 2,0. Ela era administrada pelo filho do tenente-coronel, José Egydio de Sousa Aranha, que ofereceu à herança a importância de 4:138\$000 (quatro contos cento e trinta e oito mil réis) para se tornar o proprietário pleno (Proc. no. 1859, 1861, p. 30)

Os bens de raiz, imóveis localizados na cidade de Campinas, foram descritos como sendo um conjunto de casas de moradas localizado na área mais valorizada da cidade, que correspondia ao segundo núcleo da formação do espaço urbano, no entorno da Nova Matriz, o qual substituiu o primeiro, que girava em torno da Matriz Velha, N. S. do Carmo, onde foi realizada a primeira missa pelo Frei Antonio de Pádua Teixeira, quando da fundação da Freguesia da N. S. da Conceição das Campinas do Mato Grosso, em 1774, e onde se aglomeraram os primeiros moradores urbanos.

O local ao redor da Matriz Nova, N.S. da Conceição, possuía uma topografia mais elevada do que o núcleo original, protegendo as moradias das inundações. Em traçado quadricular foram abertas novas ruas acima da Rua Direita (atual Barão de Jaquara) mais protegidas das enxurradas do córrego do Tanquinho (BITTENCOURT, 2009, p. 32-34).

É importante lembrar que o pai de Maria Luzia, tenente-coronel Joaquim Aranha Barreto de Camargo, participou ativamente da construção da Matriz Nova, por meio do aluguel dos seus 38 escravos para a execução das obras. O período da construção foi bastante longo. Começou em 1808 e só terminou em 1883. Assim, o tenente-coronel detinha privilégios na aquisição dos quarteirões, situados na parte mais alta, plana e próxima ao novo núcleo urbano que se formava, portanto valorizada. E mais valorizada se tornaria no futuro. Sucessivas reformas nas casinhas deram lugar ao Solar dos Aranha ou da Viscondessa de Campinas. Era uma das casas mais imponentes de Campinas, onde foram hospedados membros da família real, hoje já demolido (LAPA, 1996, p.89-97).

4. Escravos

O patrimônio de maior valor do cafeicultor e senhor de engenho Francisco Egydio eram, sem dúvida, os escravos. No monte-mor partível ou líquido, equivalente a 1.052:134\$210 (um mil e cinquenta e dois contos cento e trinta e quatro mil e duzentos e dez réis), o valor dos escravos correspondia a 480:500\$000 (quatrocentos e oitenta contos e quinhentos mil réis), ou seja, 44,5%.

Esse dado evidencia a extraordinária elevação do preço do escravo no pós-abolição do tráfico internacional. Passados mais de dez anos sem o abastecimento africano do mercado de trabalho, dois movimentos surgiram para empurrar os preços dos escravos para cima: por um lado, a expansão das plantações de café demandava cada vez mais mão de obra; de outro, a oferta de mão de obra era reprimida, em decorrência não só da interrupção do comércio africano de mão de obra escrava, mas também da ausência do crescimento natural positivo da população escrava. Como era de se esperar, a expansão da economia cafeeira se fez com escravos cada vez mais caros, pelo menos até 1885.

Na tabela 4, sintetizo a distribuição dos escravos entre as três propriedades rurais de Francisco Egydio. Essa distribuição demonstrou que a atividade cafeeira dominava. Eram 241 escravos no sítio ou fazenda do Mato Dentro, produtora de café, contra 115 escravos nas atividades açucareiras das fazendas S. Francisco e do Campo.

Tabela 4 - Distribuição dos escravos pelas propriedades

Propriedade	Total de escravos	Valor (\$000)
Sítio do Mato Dentro	241	295.650
Fazenda São Francisco	58	90.050
Fazenda do Campo	57	82.800
Total	356	468.500

Fonte: Proc. n°1859, 1861, p. 16-22v.

Para aprofundar a análise da composição da escravaria, vou fragmentar o contingente de escravos total pelas propriedades e analisar as características da escravaria por sexo, idade, estado conjugal, filhos, famílias, ocupações e preços dos cativos em cada fazenda. O propósito é evidenciar a existência de alguma estratégia para organizar o trabalho e a escravaria, de modo a enfrentar o período de crise do

trabalho. Infelizmente não é possível verificar se Francisco Egydio recorreu ao tráfico interno de cativos¹⁴. Com certeza, ele não recorreu à imigração de trabalhadores europeus, a exemplo de cafeicultores de Campinas da época, tais como: Joaquim Bonifácio do Amaral (Visconde de Indaiatuba), fazenda Sete Quedas; Hercule Florence, fazenda Soledade; Floriano de Camargo Pentead, fazenda Boa Vista; e Luciano Teixeira Nogueira, fazenda Laranjal (TSCHUDI, 1953, 157-162).

4.1 Escravos e escravas do sítio do Mato Dentro

Tabela 5 – Distribuição dos escravos do sítio do Mato Dentro por faixa etária, sexo e razão de sexo, idade média e valor médio.

Faixa Etária	Escravos	Escravas	Total	Participação %	Razão de sexo	Idade média	Preço médio (\$000)
0-14	46	36	82	34	128	6	691
15-29	26	26	52	22	100	22	1.890
30-44	58	19	77	32	305	36	1.592
45+	18	12	30	12	150	53	602
Total	148	93	241	100	159	25	1.227

Fonte: Proc. no. 1859, 1861, p. 16-19

A tabela 5 provoca surpresa pelo número elevado de escravos na faixa de 0-14 anos, correspondendo a 34% do total. Do total de 82 escravos, 76 possuíam idade igual – e menor – a 12 anos. A seguir, é mostrada uma síntese da presença de famílias no plantel.

A tabela 6 mostra que 59 dos menores de 14 anos, ou seja, 72%, estavam juntos com seus pais e mães na mesma fazenda. O que denota uma forte presença da família escrava. Dez menores moravam somente com seu pai ou com sua mãe na mesma fazenda. Neste caso, um esclarecimento adicional é importante: três dos pais dos quatro menores que viviam somente com o pai eram viúvos e um era solteiro; logo, as mães dessas crianças poderiam ter sido escravas na fazenda Mato Dentro.

Tabela 6 – Filiação identificada no plantel do Mato Dentro

Escravos	Filiação no plantel do Mato Dentro			Pais fora do plantel	Sem informação
	Pai e Mãe	Mãe	Pai		
Faixa 0-14					
82	59	6	4	1	12

Fonte: Proc. no. 1859, 1861, p. 16-19

¹⁴ Os dados do assentamento de escravos do inventário não permitem saber a origem dos escravos, portanto, se Francisco Egydio recorreu ao tráfico interno de cativos. Sobre este tema ver Motta (2012).

No caso dos seis menores que viviam somente com a mãe, quatro eram filhos da mesma cativa, Efigênia, mulher de Gervásio. Embora o cônjuge fosse identificado, ele não pertencia ao plantel do Mato Dentro. Dois dos outros menores eram filhos de Romana, viúva. Por fim, dos 12 menores sem informação sobre os pais, 6 tinham a idade de 14 anos completos e foram classificados como solteiros. Normalmente, no assentamento dos escravos para efeitos de inventário, não havia o registro da informação sobre os pais dos cativos com mais de 14 anos.

Parece evidente que, para os avaliadores, a idade de 14 anos era considerada como a idade de passagem para a fase adulta e de separação definitiva dos laços de família; assim, raramente registravam a filiação¹⁵. Esse é o caso de Antonia, de 14 anos, casada com Antonio Baiano, cujos pais não foram identificados. De fato, dos 12 escravos que apareciam sem pai e sem mãe identificados, cinco menores de 12 anos realmente estavam apartados da mãe e/ou pai ou, talvez, pudessem ser simplesmente órfãos. Pelos dados apresentados, pode-se concluir que a morte foi a razão principal para desfazer famílias.

Logo, não há no plantel a situação de famílias desfeitas por interesses ligados à comercialização ou aos negócios em geral. Parece persistir, por parte do proprietário, a intenção de manter unidos os casais e a prole. Uma política que, de certa forma, estimula a procriação.

Para efeitos de uma melhor avaliação da procriação, vou usar a razão filhos menores de 10 anos sobre mulheres entre 15 e 49, como uma *proxi* da taxa de fertilidade, como fizeram Klein e Luna para estimar o crescimento natural negativo da população escrava africana e o crescimento natural positivo da escrava nativa (KLEIN; LUNA, 2009, p. 185-195). Na fazenda do Mato Dentro existiam 49 mulheres na faixa de 15-49 anos de idade e 66 menores de 10 anos; portanto, a razão filhos com menos de 10 anos e mulheres de 15 a 49 era de 1.347 filhos de menos de 10 anos para cada 1.000

¹⁵ Somente após a Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871, a filiação seria mais frequentemente registrada nos inventários.

mulheres entre 15 e 49.¹⁶ Isso demonstra um crescimento natural positivo da escravaria de propriedade de Francisco Egydio na sua principal fazenda produtora de café.

O estímulo à procriação de escravos no interior da fazenda pode ter sido a estratégia adotada para enfrentar a elevação dos preços dos cativos. O casamento ou a manutenção de uma relação estável entre os escravos era um estímulo, assim como a boa alimentação, os cuidados com as crianças entre 0 e 2 anos, cujo risco de morte era maior. A tabela 7 permite verificar a forte presença do casamento entre as escravas. De uma total de 58 escravas com idade acima de 14 anos, 51 eram casadas – 88%.

Tabela 7 – Estado conjugal dos escravos do sítio do Mato Dentro

Faixa etária	Escravos				Escravas			
	Solt.	Cas.	Viúvo	s/d	Solt.	Cas.	Viúva	s/d
14	6	0	0	0	0	1	0	0
15-29	19	6	0	1	4	20	2	0
30-44	25	31	2	0	0	19	0	0
45 +	4	11	1	2	0	11	1	0
Total	54	48	3	3	4	51	3	0

Fonte: Proc. .nº 1859, 1861

Ofícios e preços

No assentamento de escravos foi empregada uma forma particular de registrar as informações. Os avaliadores não discriminaram a origem ou a naturalidade dos escravos. Não há qualquer menção a escravos vindos da África ou “da nação” ou de outras províncias. Em 130 cativos (54%), não havia informação; em 101 (42%), constava a informação de “creolos”; e, finalmente, a classificação “mulato” ou “mulata” estava registrada em 4%. Esse procedimento tornou-se comum depois de 1850. A omissão denotava claramente uma manobra para evitar demandas jurídicas, em decorrência do não cumprimento da legislação de proibição do tráfico internacional de escravos de 1831 e de 1850.

Outra particularidade no arrolamento foi o sub-registro dos ofícios e das ocupações, para os escravos maiores de 14 anos. Somente foram indicados os ofícios de sete escravos, como mostra a tabela 8, e para 73 deles foi registrado um breve avaliação

¹⁶ Os autores afirmam que nos Estados Unidos a taxa geral entre a população escrava residente era de 1.484 filhos com menos de 10 anos para cada mil mulheres (KLEIN; LUNA, 2009, p. 188).

do serviço prestado pelo cativo. Quanto aos preços, como era de se esperar, os escravos portadores de ofício atingiram preços mais elevados. Alguns exemplos da tabela 8 indicam que o preço mais elevado foi atribuído a um ferreiro, considerado “bom” executor do seu serviço. O mesmo, entretanto, não foi feito para as escravas mulheres que não receberam a avaliação.

Tabelas 8 – Ofícios dos escravos do sítio do Mato Dentro

Ofício e avaliação	Escravos	Idade	Preço (\$000)
Meio carpinteiro	Luis	50	1.600
Meio carpinteiro	Bento/Bentinho	22	2.200
Feitor, bom	Firmino	39	2.500
Feitor, bom	Antonio jutico	39	2.200
Sapateiro, bom	Benedito	39	2.500
Ferreiro, bom	Generozo	36	3.000
Pedreiro, bom	Jorge	40	1.800

Fonte: Proc. .nº 1859, 1861

No registro das escravas não há muitas referências aos ofícios exercidos. Encontrei 11 registros de ofícios, de um total de 57 escravas maiores de 15 anos. Costureiras sobressaíam entre as ocupações. Seis escravas exerciam essa função com exclusividade, sendo Bernardina, 28 anos, viúva, considerada “boa”, o que, talvez, refletisse no seu preço elevado – 2:000\$000 (dois contos de réis). A idade média dessas escravas era de 25 anos, e o preço médio de 1:900\$000 (um conto novecentos mil réis) era mais elevado do que o preço médio do plantel total das cativas de 1:320\$175 (um conto trezentos e vinte mil cento e setenta e cinco réis), conforme tabela 5. Outras escravas foram registradas nos afazeres de dois ofícios simultaneamente; por exemplo, as três engomadeiras cuidavam dos afazeres de cozinheira, lavadeira e doceira, que, apesar de qualificadas em dois ofícios, isso não se traduziu em preços mais elevados. Por fim, duas eram: cozinheira “prestimosa”, uma; e outra, “boa” mucama. O preço máximo das escravas com ocupação determinada foi de 2:000\$000 (dois contos de réis). Esse valor era superior à média do valor atribuído às escravas de 15-40 anos e sem doenças e sem deficiências físicas, o qual foi calculado em 1:719\$000 (um conto setecentos e dezenove mil réis).

Para ajudar a entender o comportamento dos preços, faço uma comparação entre os preços praticados na avaliação da escravaria de Antonio Manoel Teixeira (1795-1850), falecido três meses antes da abolição do tráfico, e os registrados no inventário de Francisco Egydio. Os escravos do senhor de engenho Antonio Manoel Teixeira foram avaliados duas vezes: no inventário por ocasião do assentamento dos escravos e no momento da sua arrematação no mercado, ocorrida em 1851; portanto, depois de aprovada a lei Eusébio de Queirós, de 28 de setembro de 1850, os preços sofreram um enorme aumento – que prosseguiu pelas décadas seguintes –, sob o impacto da lei da abolição do tráfico. Esse movimento ascendente pode ser observado nos dados constantes da tabela 9. Três momentos são mostrados: antes da abolição do tráfico; logo após, em 1851; e, por fim, na avaliação dos escravos de Francisco Egydio, em 1860. Para efeito da comparação, tomei os escravos da faixa etária mais produtiva de homens de 15 a 40 anos e sem doenças e deficiências físicas, conforme definição de Versiani e Vergolino (2002, 2003). Logo após a abolição do tráfico internacional, o preço do escravo mais produtivo estava 54% mais elevado do que meses antes. Depois de 10 ou 11 anos sem a entrada de africanos no mercado, o preço estava 146% mais elevado do que o de 1851 e 279% mais elevado do que em 1850. Nota-se que os escravos dessa faixa etária possuíam idade média mais elevada do que em 1850, o que era de se esperar, dada a interrupção da entrada de escravos africanos para renovar o estoque. Uma boa parte dos últimos africanos havia envelhecido ou morrido.

Tabela 9 - Preços dos escravos mais produtivos do Engenho da Cachoeira, 1850 e 1851, e do Mato Dentro, 1860.

Escravos mais produtivos sem doenças e deficiências físicas	Engenho da Cachoeira Antonio Manoel Teixeira			Sítio Mato Dentro Francisco Egydio de Sousa Aranha	
	Idade Média	Preço médio da avaliação 1850 (\$000)	Preço médio da arrematação 1851 (\$000)	Idade média	Preço Médio 1860 (\$000)
15-40	26	511	787	31	1.937

Fonte: TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE ANTONIO MANOEL TEIXEIRA, 1852; Proc. nº. 1859, 1861.

4.2 Os escravos dos engenhos: Fazendas São Francisco e do Campo

As duas fazendas do acervo patrimonial de Francisco Egydio de Sousa Aranha: São Francisco e do Campo tinham suas atividades principais relacionadas ao cultivo de cana e à fabricação de açúcar. A natureza da atividade, provavelmente, influenciou a organização do trabalho e a composição do plantel. As tarefas relacionadas à produção cafeeira pareciam ser menos pesadas do que aquelas da cana de açúcar e do engenho, as quais exigiam muito maior esforço físico, quer na colheita, quer no transporte e no engenho, embora não exigissem outros cuidados com a cana, como os cuidados da capina feita duas a quatro vezes ao ano para a eliminação das ervas daninhas por entre os pés do cafeeiro, por exemplo. As exigências de mão de obra no cafezal eram bem maiores em quantidade, na colheita dos frutos, do que no corte da cana. Ainda que os menores de 12 anos não tivessem sido apontados como exercendo ocupação, é provável que muitos ajudassem na colheita do café, principalmente, colhendo os frutos dos galhos mais baixos, à altura das crianças, ou rente ao chão¹⁷. Assim, no sítio do Mato Dentro, onde se cultivava, preferencialmente, o café, existiam muitos menores, mulheres e famílias. Em resumo, a lavoura cafeeira propiciava a manutenção da família escrava, enquanto a cana de açúcar e o engenho, dada a natureza das tarefas, propiciavam a presença de escravos-homens, na faixa mais produtiva, 15-40 anos, e solteiros.

Tabela 10 - Distribuição dos escravos das Fazendas São Francisco e do Campo por faixa etária, sexo e razão de sexo, idade média e preço médio.

Faixas etárias	Fazenda S. Francisco						Fazenda do Campo					
	M	F	T	Razão de sexo	Idade Média	Preço Médio (\$000)	M	F	T	Razão de sexo	Idade média	Preço Médio (\$000)
0-14	1	1	2	100	4	400	0	0	0	-	-	-
15-29	6	0	6	-	21	1.967	7	1	8	700	20	1.900
30-44	34	5	39	680	40	1,812	33	2	35	1650	41	1.628
45 +	10	1	11	1000	54	754	11	3	14	366	49	757
Total	51	7	58	729	40	1.552	51	6	57	850	38	1.453

Fonte: Proc. nº 1859,1861, p. 20, 20 v., 21, 21v. M= masculino; F= feminino

¹⁷ Isso faz pensar na vinda de imigrantes para substituir os escravos a partir de 1847, mas, principalmente, depois de 1884. Os fazendeiros preferiam famílias, pois as crianças poderiam ajudar seus pais na colheita e em outras tarefas.

A tabela 10 evidencia de forma bastante clara que a orientação adotada para distribuir o plantel de escravos nas fazendas açucareiras era muito semelhante em todas elas, mas radicalmente distinta da empregada na fazenda cafeeira, como pode ser observado na tabela 5 apresentada anteriormente. As fazendas açucareiras concentravam os cativos – homens: 88% do plantel da S. Francisco era formado por escravos homens; 67% pertencia à faixa etária de 30 a 44 anos e 88% faziam parte das duas faixas de cativos mais amadurecidos: 30 a 44 anos e 45 ou mais.

Na fazenda do Campo verificou-se a mesma situação, com pouca diferença, uma vez que a quantidade de escravos era muito semelhante: 89% do plantel era composto por cativos-homens, e a concentração de escravos na faixa de 30-44 anos era de 65% e, nas duas últimas, 30-44 anos e 45 ou mais, a concentração de cativos-homens era de 86%. A idade média do plantel quer da S. Francisco quer da fazenda do Campo era bastante elevada, de 38 a 40 anos, enquanto no Mato Dentro era de 25 anos.

Esse conjunto de informações permite concluir que existia um forte direcionamento na forma de organizar o trabalho, fazendo que a distribuição dos escravos e das escravas seguisse uma lógica racional, baseada na natureza do processo de trabalho e no objetivo de estimular a procriação interna no plantel. Daí decorre a concentração de jovens escravas e escravos em uma única fazenda: na de café, a mais apropriada à reprodução e ao convívio de famílias. A razão de sexo mais equilibrada no Mato Dentro é outro elemento a apontar para o propósito reprodutivo. Nas outras fazendas, o desequilíbrio de sexo era significativo. Basta comparar as tabelas 5 e 10.

Em termos do estado conjugal, a tabela 11 mostra a predominância de escravos solteiros na fazenda S. Francisco (88%) e na do Campo (90%). As poucas escravas presentes nos serviços dos engenhos eram casadas com escravos do próprio local.

Tabela 11 - Estado conjugal dos escravos das fazendas S. Francisco e do Campo.

Fazendas	Escravos				Escravas			
	Solteiros	Casados	Viúvos	Total	Solteiras	Casadas	Viúvas	Total
S. Francisco	44	6	0	50*	0	5	1	6*
Campo	45	5	0	50**	0	5	1	6

Fonte: Proc. n° 1859, 1861, p. 20, 21v. * um menor de 15; ** um sem dado.

Quanto aos preços dos escravos dos engenhos e aos ofícios, é possível fazer uma análise comparativa com os escravos ocupados nos mesmos ofícios no Engenho da Cachoeira, de propriedade de Antonio Manoel Teixeira. No assentamento de escravos do inventário de Francisco Egydio foram discriminados alguns ofícios típicos das tarefas da fabricação do açúcar. Seguem os dados.

Tabela 12 – Preços dos escravos por ofícios açucareiros

Ofícios	Preços médios (\$000)			
	S. Francisco	Campo	Engenho da Cachoeira	
	1860	1860	1850	1851
Alambiqueiro	2.400	1.400*	450**	724
Banqueiro	2.080	2.000	600	961
Carreiro	2.120	2.200	575	926

Fonte: TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE ANTONIO MANOEL TEIXEIRA, 1852 (Proc. n° 1859, 1861, p. 20-22v). * dado à embriaguez; só aparece um escravo como alambiqueiro; ** já tem 40 anos.

Os preços dos escravos, entre 1850 e 1860, sofreram uma elevação expressiva, como já havia sido mostrado na tabela 9. O impacto da abolição do tráfico, a ausência de um crescimento natural positivo e, por fim, a expansão da cultura cafeeira no Sudeste e, em especial, em São Paulo favoreceram o movimento ascendente. Entre os ofícios açucareiros, o alambiqueiro sofreu um aumento no preço de 433%; o de banqueiro, 247%; e, por fim, o de carreiro, 282%. Portanto, a atividade açucareira tornou-se bastante onerosa, com custo do escravo muito caro, e somente os elevados preços do açúcar poderiam recompensar os preços do escravo, para manter a atividade lucrativa.

5. As dívidas ativas ou o dinheiro a prêmio

Por fim, as dívidas ativas, responsáveis por 21% do patrimônio de Francisco Egydio, evidenciavam a importância da atividade de prestador de dinheiro a juros ou, como se dizia na época, de capitalista. O conceito de capitalista era comumente empregado para designar uma pessoa que emprestava dinheiro a prêmio. Nos almanaques das cidades do século XIX normalmente constava uma lista de lavradores, comerciantes e também de capitalistas atuantes na localidade.

Em 30 de março de 1872, foi decretada pela Assembleia Legislativa Provincial a Resolução n. 27, em atenção à proposta da Câmara Municipal da Cidade de Campinas,

que instituiu o imposto para as obras da matriz nova da freguesia da Conceição. Os impostos lançados, arbitrados e arrecadados seguiam a orientação determinada por uma junta nomeada pela Câmara Municipal de Campinas, que deveria arrolar todos os contribuintes, classificando-os em duas grandes categorias, “os lavradores e os capitalistas”, e por classes internas a cada categoria. Assim, os lavradores de algodão, café e cana deveriam ser distribuídos em 12 classes, de acordo com o que colheram no ano; e os capitalistas em seis classes, de acordo com o montante de dinheiro dado a prêmio (RESOLUÇÃO nº 27, de 30 de março de 1872, p. 55-57). No caso dos capitalistas:

a 1ª classe compreenderá os que derem dinheiro a prêmio, de 10:000\$000 a 20:000\$000. A 2ª, os de 20:000\$000 a 50:000\$000. A 3ª, os de 50:000\$000 a 100:000\$000. A 4ª, os de 100:000\$000 a 200:000\$000. A 5ª, os de 200:000\$000 a 400:000\$000. A 6ª, os de 400:000\$000 a mais (RESOLUÇÃO nº. 27, 1872, p.55).

Após dez anos do falecimento de Francisco Egydio, a aprovação do imposto para as obras da matriz nova demonstrou que o montante de dinheiro emprestado pelas seis faixas era bastante elevado, o que, portanto, implicava que as necessidades de dinheiro de empréstimo aumentaram muito na cidade e, mais ainda, que havia pessoas com recursos disponíveis nessa quantidade para prover os que necessitavam. Ao todo eram 57 indivíduos classificados como capitalista e, apenas, uma instituição financeira, Mauá e Cia (GAZETA DE CAMPINAS, 30 out. 1872, p.2). Três filhos de Francisco Egydio foram classificados como capitalistas: Antonio Egydio, na 3ª. classe; Pedro Egydio, na 5ª classe; e, na última classe, José Egydio de Sousa Aranha. Assim, a atividade de prestador privado de dinheiro a juros era bastante corriqueira, em especial, como era o caso, por ser uma sociedade em que inexistiam bancos ou outras instituições que atuassem como ofertantes de dinheiro ou de seu adiantamento, mediante o pagamento de um preço – o juro ou prêmio.

Como se pode observar na tabela 3, a participação das dívidas ativas no patrimônio de Francisco Egydio era bastante elevada¹⁸ para a época, o que significava que a

¹⁸ Para um dos senhores de engenho mais prósperos de Campinas, Antonio Manoel Teixeira, encontrei uma dívida ativa de 4% do patrimônio deixado quando do seu falecimento em 1850. Para este senhor de

atividade capitalista tinha um papel importante nos seus negócios. A diversificação desses tornou-se uma característica das atividades de Francisco Egydio: açúcar, café, escravidão e dinheiro a prêmio, todas tiveram relevância na formação e na consolidação da riqueza da família Sousa Aranha. Nenhuma delas exerceu papel secundário ou de menor importância: elas, juntas, se complementavam. Portanto, Francisco Egydio estava longe de representar o típico latifundiário, escravista e monocultor de um produto primário-exportador.

Antes de examinar os empréstimos concedidos por Francisco Egydio, é importante caracterizar a década de 1850, em termos de mercado de crédito. No período compreendido entre o Código Comercial de 1850 e a reforma da legislação hipotecária, Lei n. 1.237, de 24 de setembro de 1864, e, em seguida, seu regulamento, decreto n. 3453, de 26 de abril de 1865, pouco ou quase nada foi feito em termos da institucionalização do financiamento de médio e de longo prazo das atividades econômicas. No código comercial, no título IV, “Dos Banqueiros”, a atuação dos banqueiros e dos bancos era tratada de forma lacônica, mais como instituições de depósito e crédito comercial do que de depósito-empréstimo de dinheiro. Definiram-se, no art. 119, os banqueiros como “os comerciantes que tem por profissão habitual do seu comércio as operações chamadas de Banco”. Quanto à definição das operações de Banco, o código manteve-se mais hermético. O artigo 120 indicava que “as operações de Banco serão decididas e julgadas pelas regras gerais dos contratos estabelecidas neste Código, que forem aplicáveis segundo a natureza de cada uma das transações que se operarem” (LEI n.º. 556, de 25 de junho de 1850, p. 13-14).

Em seguida, o código definiu os contratos e as obrigações ligadas às operações mercantis, no título V – “Dos contratos e obrigações mercantis”. Após listar os seis tipos de contratos comprovados por meio de escrituras públicas, por escritos particulares, por certidões, por correspondência epistolar, por livros de comerciantes e por testemunhas, impõe a esta última uma restrição: “A prova de testemunhas, (...) só é admissível em Juízo Comercial, nos contratos cujo valor não exceder a quatrocentos réis” (LEI n.º. 556, de 25 de junho de 1850, p.14).

engenho, a atividade capitalista era secundária, irrelevante como forma de obter lucro (RIBEIRO, 2015). Eisenberg (1989, p. 383-385) encontrou, para o período de 1819-1829, uma participação de 4,6% das dívidas ativas no monte-mor de 84 inventários.

Francisco Egydio atuou como capitalista sob o regime legal do código comercial, que, como pode ser visto, orientava mais as transações de compra e venda de mercadorias ou o crédito comercial, o financiamento de compras de mercadorias concedidas pelos fabricantes ou pelos representantes comerciais. Não havia, de fato, a institucionalização do mercado de dinheiro a prêmio. Na realidade existia uma crônica escassez de dinheiro para empréstimo, de um lado, e, de outro, uma demanda crescente por financiamento decorrente da expansão da economia cafeeira. Assim, o crédito restrito e a ausência de instituições bancárias levaram à formação de um mercado local de crédito privado, envolvendo um restrito grupo de pessoas com laços de parentesco e de amizade, em que a confiança era a melhor garantia do cumprimento dos contratos (MARCONDES, 2002; RIBEIRO, 2015).

Necessariamente, as transações realizadas por Francisco Egydio estavam comprovadas por escrito e constavam documentadas no inventário. Não houve contestação ou abertura de processos contra a cobrança das dívidas no decorrer do processo do inventário.

Com base nas informações ali constantes, é possível construir o padrão do mercado local de empréstimo privado, por meio do exame das variáveis: tipo de instrumento de crédito, valor do dinheiro emprestado; número de devedores, juros, prazos, saldo credor e possíveis quitações. Este exame será objeto dos próximos parágrafos.

O primeiro contrato de empréstimo datava de 7 de setembro de 1850: tratava-se de uma escritura de dívida e hipoteca, no valor de 2:600\$000 (dois contos e seiscentos mil réis), com “juros de 1% ao mês desde a data com acumulação anual do prêmio corrido e vencimento de igual prêmio até o embolso”. Juros de 1% ao mês era a regra em quase todos os contratos. Quebrou-se a regra apenas para alguns tomadores do empréstimo: Benedito Gonçalves Aranha, empréstimo no valor de 2:000\$000 (dois contos de réis); Manoel Damião Pestana, cujo valor do empréstimo era muito baixo, de 160\$000 (cento e sessenta mil réis); empréstimos para as obras da matriz nova, no valor de 634\$000 (seiscentos e trinta e quatro mil réis) e para o senador Francisco Antonio de Souza Queiroz, no valor de 869\$000 (oitocentos sessenta e nove réis), inferior a 1 conto de réis. À exceção desses contratos, o padrão de juros de 1% ao mês e acumulado anualmente foi estipulado para 52 de 56 contratos.

O instrumento do empréstimo empregado em 45 dos contratos foi o *vale*, que, normalmente, correspondia a um valor mais baixo: em média, em torno de três contos e quatro mil réis (3:400\$000). Para valores mais altos, utilizou-se a *escritura de dívida e hipoteca*, que foi empregada em 4 contratos, com valor médio de sete contos e oitocentos réis (7:800\$000). A *obrigação* também foi empregada para valores médios elevados, em torno de sete contos e seiscentos mil réis (7:600\$000). Por fim, a *letra*, usada somente numa única operação, cujo valor não atingiu um conto de réis (Proc. n^o 1859, 1861, p.26-29v.).

A tabela 13 descreve os contratos por ano, seus valores, o principal e o saldo credor, este calculado para a data de 8 de dezembro de 1860, correspondendo ao encerramento do inventário. Para esta data, o saldo credor da escritura de dívida e hipoteca de Antonio Pio Correa Bittencourt totalizava a importância de 7:099\$460 (sete contos noventa e nove mil quatrocentos e sessenta réis). Essa dívida, entretanto, somente foi quitada e levantada a hipoteca, dada por Antonio Pio Correa Bittencourt ao credor como garantia do empréstimo, em 2 de janeiro de 1877. O devedor titular já havia falecido. Ou seja, mais de 17 anos depois do encerramento do inventário e 27 anos após a emissão da escritura de contrato, a dívida foi quitada. No termo de quitação da importância de 7:099\$460 (sete contos e noventa e nove mil e quatrocentos e sessenta réis), a baronesa de Campinas, Maria Luzia de Sousa Aranha, os herdeiros e coherdeiros davam ao capitão Carlos de Almeida Nogueira, atual proprietário da fazenda Rozeira, quitação da hipoteca que estava sujeita ao pagamento por escritura pública passada em 7 de novembro de 1850. Este é último documento constante do processo de inventário de Francisco Egydio (Proc. n^o 1859, 1861, p. 70-72).

Tabela 13 – Contratos de empréstimos por ano, principal e saldo credor.

Ano de Emissão	N. Contratos	Valor Principal (\$000)	Saldo Credor (\$000) 08/12/1860
1850	1	2.600	7.099
1851	1	533	666
1854	1	6.080	8.326
1856	8	38.063	54.523

1857	4	5.500	6.908
1858	7	27.202	32.180
1859	14	43.851	45.794
1860	18	48.438*	52.971
S/D	2	400*	784
Total	56	172.667	209.251

Fonte: Proc. n^o 1859, 1861, p.26-29. * Sem o dado do valor do principal. Os arredondamentos provocaram alterações nos valores.

Observa-se, na tabela 13, uma concentração dos empréstimos nos anos finais da década de 1850, o que denotava que os devedores da primeira metade da década já haviam quitado e que restavam três transações, cujos devedores não quitaram seu saldo devedor. Pelos contratos, os empréstimos tinham prazo que variava entre 2 e 4 anos, mas poucos cumpriam as determinações contratuais, e a dívida continuava a acumular juros.

Na tabela 14 apresenta-se a distribuição dos empréstimos por faixas de valores, número dos tomadores do dinheiro a juros, o valor do principal e, por fim, o saldo credor: 73% dos tomadores de dinheiro a juros estavam nas faixas de valores mais baixos, e as quantias emprestadas não chegavam a cinco contos de réis, ou seja, 41 indivíduos eram responsáveis por 34% do saldo credor. Em contrapartida, a concentração dos empréstimos nas faixas superiores mostrava-se mais intensa: apenas seis devedores das faixas de dez contos de réis (10:000\$000) ou mais eram responsáveis por 36% do saldo credor da herança.

Tabela 14 – Valores emprestados, devedores, principal e saldo credor.

Faixas de Valores Emprestados (\$000)	Devedores	Principal (\$000)	Saldo Credor 08/12/1860 (\$000)
< 999	15	7.424	8.213
1.000 a 4.999	26	53.344	63.200
5.000 a 9.999	9	53.035	63.001
10.000 a 14.999	5	48.997	57.668
> 15.000	1	10.500	16.709
Total	56	173.300	208.791

Fonte: Proc. no. 1859, 1861, p. 26-29

Para a análise do mercado de dinheiro a juros tornar-se mais completa, é preciso conhecer os devedores. Que atividades exerciam? Por que tomaram dinheiro a juros? Enfim, quem eram os devedores?

Alguns devedores foi possível identificar, porque o próprio inventário trazia as indicações. Esses foram os casos dos empréstimos para as obras da matriz nova; para o padre Januário Máximo de Castro Camargo, em cujo contrato ficou acertado que ele deveria “ir pagando em missas de sua capelaria a 500\$000 por ano”. Entretanto, uma cláusula de garantia foi adicionada: no caso de deixar de ser capelão do credor, Francisco Egydio, o padre deveria pagar prêmio de 1 % ao mês (Proc. n.º. 1859, 1861, p. 26v.) O empréstimo ao padre Januário era um vale no valor de 2:702\$000 (dois contos e setecentos e dois mil réis).

Também, no caso do tropeiro Francisco de Sousa Campos, o contrato previa o pagamento com os serviços que prestava “para pagar com aluguel de sua tropa pelo melhor preço dos arredores d’esta cidade” (Proc. n.º. 1859, 1861, p. 26v.). Por fim, o empréstimo feito ao senador Francisco Antonio de Sousa Queiroz (1806-1891), filho do brigadeiro Luis Antonio, tornado barão de Sousa Queiroz em 1874. É difícil compreender por que o senador Queiroz, um dos homens mais ricos de S. Paulo, teve de recorrer a uma letra no valor de 869\$040 (oitocentos e sessenta e nove mil e quarenta, réis) concedida por Francisco Egydio, em contrato que previa o não pagamento de juros. Sem dúvida, uma concessão feita a um amigo.

Afora esses contratos, foi possível identificar 11 devedores dos 50 restantes. Percebe-se a constituição de grupos de devedores pertencentes a duas famílias tradicionais de Campinas, que, por sua vez, tinham laços com o credor, por meio de casamentos de seus filhos. Dois filhos de Francisco Egydio, Martim Egydio e Francisco Egydio (filho), casaram-se com duas descendentes dos Teixeira Nogueira. Talvina C. de Andrade Nogueira casou-se com Martim Egydio e Maria Luiza Nogueira, com Francisco Egydio, enquanto o filho Antonio Egydio se casou com uma filha de Joaquim Bonifácio do Amaral, Elisma do Amaral.

Quatro dos devedores pertenciam à família Teixeira Nogueira Camargo, descendentes de Joaquim José Teixeira Nogueira (1759-1832) e de Filipe Néri Teixeira (1754-1812). Da família Joaquim Bonifácio do Amaral, futuro visconde de Indaiatuba,

constavam na lista três devedores da herança de Francisco Egydio: o próprio Joaquim Bonifácio, com dois vales no valor de 5:520\$000 (cinco contos e quinhentos e vinte mil réis), tomados no ano de 1860. O tenente-coronel Antonio Carlos Pacheco e Silva (1832-1916), sobrinho de Joaquim Bonifácio, filho de sua irmã Ana Cândida (1808-1883) com o guarda-mor Antonio Carlos Pacheco e Silva (1802-). Antonio Carlos era proprietário da fazenda Três Pedras e foi casado com Francisca de Camargo Andrade, filha Joaquim Ferreira Penteadado e Francisca de Paula Camargo, barão e baronesa de Itatiba (BROTERO, 1948, p. 377). O terceiro era Antonio Pompêo de Camargo (1828-1884), sobrinho e cunhado, filho da irmã e sogra de Joaquim Bonifácio, com o capitão Antonio Pompêo de Camargo. Antonio Pompêo do Camargo foi classificado como “Lavrador de 4^a classe”, colheu de 5.000 a 7.000@ (GAZETA DE CAMPINAS, 31 out. 1872, p. 2; RESOLUÇÃO nº 27).

Antonio Pompêo de Camargo e Antonio Carlos Pacheco e Silva solicitaram o empréstimo juntos, um Contrato de Obrigação, o único da lista, tomado em 1858 no valor de 8:412\$315 (oito contos quatrocentos e doze mil e trezentos e quinze réis), com prazo de um ano e juro de 1% ao ano com acumulação anual, mas o não pagamento no prazo acabou gerando um saldo credor para a herança de 10:035\$890 (dez contos e trinta e cinco mil e quatrocentos e noventa réis).

Esse contrato era um dos quatro feitos por mais de uma pessoa como tomadoras do dinheiro a prêmio. Outro contrato coletivo envolveu membros da família Campos Salles, e constavam da lista de devedores: Estanislau de Campos Salles, José de Campos Salles e Francisco Campos Salles (Proc. no. 1859, 1861, p. 25v.). Na lista dos contribuintes do imposto para as obras da matriz nova, Estanislau de Campos Salles pertencia à 4^a classe de lavradores, com uma produção agrícola de 5.000 a 7.000@, e o alferes José de Campos Salles constava também da mesma classe (GAZETA DE CAMPINAS, 31 out. 1872, p.2; RESOLUÇÃO nº 27).

Em síntese, uma análise mais detalhada dos tomadores de dinheiro a juros leva à conclusão de que uma parte expressiva era formada por lavradores¹⁹ que possuíam

¹⁹ Generoso Pires Barbosa e Pedro José dos Santos Camargo eram lavradores de 2^a. e 3^a classes. Francisco Raymundo de Souza Barros era parente indireto da família Teixeira Nogueira: sua irmã, Ana Joaquina de Camargo, casou com Manoel Joaquim Teixeira Nogueira, filho de Joaquim José Teixeira

propriedades em Campinas e que fortes laços familiares existiam entre três famílias – Souza Aranha, Teixeira Nogueira e Amaral – que cimentavam a confiança na concessão do crédito. Além dos laços de família, uma rede de conhecidos e de amigos, tais como a família Campos Salles sustentava o crédito privado de dinheiro a prêmio, como um mercado restrito, uma ação entre poucos.

6. Conclusão

Ao longo de sua vida, Francisco Egydio construiu um patrimônio constituído por três propriedades agrícolas as quais administrou com três dos seus filhos, José Egydio, Pedro Egydio e Antonio Egydio, de forma a concentrar em uma – o sítio do Mato Dentro – a produção cafeeira e, nas outras duas fazendas, S. Francisco e do Campo, a produção açucareira. Todas eram fazendas mistas, pois produziam alimentos para o sustento dos 356 escravos e da família do proprietário. De acordo com a natureza das atividades produtivas, cultivos, colheitas, beneficiamentos e engenhos, a escravaria foi distribuída entre as propriedades. Na administração dos plantéis, a orientação de Francisco Egydio fez-se no sentido de estimular a procriação da população escrava, por meio de casamentos estáveis, de cuidados com as crianças e de melhor alimentação, o que se refletiu em uma taxa de crescimento natural positiva do seu plantel. Esta pareceu ser a estratégia que Francisco Egydio adotou para enfrentar a crise de braços deflagrada desde a abolição do tráfico internacional de africanos.

Longe de ser um exemplo de latifundiário, escravista, monocultor de produto agrícola para o mercado internacional, Francisco Egydio foi um grande proprietário que diversificou sua produção e seus negócios, chegando a se tornar atuante “capitalista”: um emprestador de dinheiro a prêmio, cujo montante representou 21% da riqueza amealhada. Por meio dos registros dos seus devedores foi possível caracterizar o mercado de crédito privado da época, baseado na rede familiar e de amizade, um mercado de poucos para poucos, diante da ausência de capital-dinheiro e de instituições, normas e regras que garantissem a confiança e reduzissem o risco. O “capitalista” Francisco Egydio deu origem a uma tradição da família Souza Aranha: “emprestadores

de dinheiro a prêmio”. Em 1872, três dos seus filhos integravam a lista dos capitalistas atuantes em Campinas, sendo Antonio Egydio classificado na 3^a. Classe, a dos que emprestavam entre 50:000\$ e 100:000\$; Pedro Egydio, classificado na 5^a. classe, emprestadores de 200:000\$ a 400:000\$; e José Egydio, na 6^a e última classe, dos emprestadores de 400:000\$ ou mais. Em 1893, seu filho Joaquim Egydio, então, Marquês de Três Rios, era o maior prestador privado de dinheiro a juros de São Paulo e tinha um patrimônio avaliado em dívidas ativas em mais de nove mil contos de réis. Por fim, a experiência e o capital acumulados nessa esfera da atividade levaram a que a família ingressasse na fundação de bancos e instituições financeiras. Mas essa é outra história, para um próximo estudo.

FONTES

BROTERO, Frederico de Barros. *A família Jordão. Aditamentos a Silva Leme*. São Paulo: Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo, 1948.

GAZETA DE CAMPINAS, 31 de outubro de 1872, p. 2-3. Disponível em: <<http://www.memoria.bn.br>>. Acesso em: 29 ago. 2013.

LEI Nº 556, DE 25 DE JUNHO DE 1850. CÓDIGO COMERCIAL DO IMPÉRIO DO BRASIL. Publicação Original. Portal Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1824-1899/lei-556-25-junho-1850-501245-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 27 mar. 2015

MAÇOS DE POPULAÇÃO DE SÃO PAULO (MP). Disponível em: <<http://www.arquivoestado.sp.gov.br/viver/recenseando.php>> Acesso em: mar. 2013.

RESOLUÇÃO N. 27 DE 30 DE MARÇO DE 1872. Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/resolucao/1872/resolucao-27-30.03.1872.html>
Acesso em: 27 mar.2015.

TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE ANTONIO MANOEL TEIXEIRA 1º. Of., Cx. 162, Proc. nº. 2899, 1852.

TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE FRANCISCO EGYDIO DE SOUSA ARANHA 1º. Of., Cx. 76, Proc. n. 1859, 1861.

TESTAMENTO E INVENTÁRIO DE MARIA LUZIA SOUSA ARANHA, VISCONDESSA DE CAMPINAS. 3º. Ofício, Proc.7374, 1879.

TSCHUDI, J. J. Von. *Viagem às Províncias do Rio de Janeiro e S. Paulo*. São Paulo: Biblioteca Histórica Paulista[Dir. Afonso de E. Taunay]. Publicações Comemorativas sob o Alto Patrocínio da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo, 1953.

www.familysearch.org. [matrimônios](#), 1806-1818, imagem 133. Acesso em: 02 mar. 2015.

ZALUAR, Augusto-Emilio. *Peregrinação pela Província de S. Paulo (1860-1861)*. São Paulo: Publicações comemorativas sob o alto patrocínio da Comissão do IV Centenário da cidade de São Paulo. 1953.

Bibliografia

AGUIRRA, João Baptista de Campos. Sesmeiros e posseiros. *Revista do Instituto Histórico e Geographico de São Paulo*, São Paulo, v. 24, p. 259-339, 1938.

BITTENCOURT, Luiz Cláudio. *Riscando a cidade*. Cartografia histórica e desenho urbano de Campinas. Campinas: UNICAMP/CMU-Publicações; Arte Escrita, 2009.

CAMPOS JÚNIOR, Theodoro de Sousa. A cultura do café. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Monografia histórica do município de Campinas*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 1952. p. 233-241.

EISENBERG, Peter L. Ficando livre: as alforrias em Campinas no século XIX. In: EISENBERG, Peter L. *Homens esquecidos*. Escravos e trabalhadores livres no Brasil nos séculos XVIII e XIX. Campinas: Unicamp, 1989. p. 255-309.

HOUSAISS, Antonio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

KLEIN, Herbert S.; LUNA, Francisco Vidal. Escravos africanos na economia de São Paulo (1804-1850). In: LUNA, Francisco Vidal; COSTA, Iraci Del Nero; KLEIN, Herbert S. [colaboradores Horacio Guitérrez et al.] *Escravidão em São Paulo e Minas Gerais*. São Paulo: EDUSP: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2009.

LAPA, José Roberto do Amaral. *A cidade: os cantos e os antros*. Campinas: 1850-1900. São Paulo: USP, 1996.

MARCONDES, Renato Leite. O financiamento hipotecário da cafeicultura no Vale do Paraíba Paulista (1865-87). *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, v. 56, n. 1, p. 147-170, jan./mar. 2002.

MOTTA, José Flávio. *Escravidão aqui, dali e de mais além*. O tráfico interno de cativos na expansão cafeeira paulista (Areias, Guaratinguetá, Constituição/Piracicaba e Casa Branca, 1861-1887). São Paulo: Alameda, 2012.

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, seu berço e juventude*. Campinas: Academia Campinense de Letras, 1969. (Publicações da Academia Campinense de Letras, v. 20).

PUPO, Celso Maria de Mello. *Campinas, município no Império*. Fundação e Constituição; usos familiares. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1983.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. O visconde imigrantista e sua escravaria. Campinas, 1887. *História e Economia. Revista interdisciplinar*, São Paulo, v. 12, n. 1, p.105-125, 1º. sem. 2014.

RIBEIRO, Maria Alice Rosa. Riqueza e endividamento na economia de *plantation* açucareira e cafeeira: a família Teixeira Vilela-Teixeira Nogueira, Campinas, São Paulo, século XIX. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 45, n. 3, jul.-set. 2015. (No prelo).

TEIXEIRA, Paulo Roberto. *A formação das famílias livres. Campinas, 1774-1850*. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no agreste e serão de Pernambuco. 1777-1887. *Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 33, n.2, p. 353-393 abr./jun. 2003.

XI Congresso Brasileiro
de História Econômica

14 a 16 de setembro de 2015 | Vitória/ES

12^a Conferência Internacional
de História de Empresas



ASSOCIAÇÃO
BRASILEIRA DE
PESQUISADORES
EM HISTÓRIA
ECONÔMICA



Departamento de Economia
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS

VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Preços de escravos em Pernambuco no século XIX. Brasília: Universidade de Brasília, Departamento de Economia, out. 2002. (Série Textos para discussão n. 252).